

O Pacto pelo Pará permitirá buscar soluções para os graves problemas e desafios que temos hoje, aproveitando e renovando os recursos naturais para construir os espaços e meios de vida para a população do Estado do Pará, no tempo presente e no futuro, sobretudo para os excluídos, que nem sequer se dão conta que podem contribuir e estarem inseridos no caminho dessas soluções.

Este Pacto deve se sustentar em três grandes transformações: a transformação pelo conhecimento, a transformação pela produção e a transformação pela gestão e governança.

Em função desses condicionantes e dessa proposta de construção coletiva, o Plano Plurianual 2012-2015, da Administração Pública do Estado do Pará, recebe a denominação de “**Pacto pelo Pará**”.

OS PROGRAMAS DE GOVERNO

Todas as ações a serem executadas no PPA 2012-2015 foram estruturadas em Programas, voltados para o atendimento dos problemas e/ou demandas da sociedade paraense. Os Programas foram concebidos de forma integrada e articulada, com vistas ao desenvolvimento sustentável e à difusão da informação e do conhecimento.

O Programa se constitui em um conjunto de ações, que convergem para a solução do problema identificado na sociedade. Define-se, então, um objetivo a ser alcançado e um ou mais indicadores capazes de medir os avanços conquistados, o que vai assegurar uma avaliação permanente das ações de governo. A quantificação dos Programas e suas ações foi baseada na previsão dos recursos financeiros para o período de abrangência do PPA.

As Regiões de Integração do Estado do Pará balizaram a organização espacial das ações e a seleção de empreendimentos estruturantes, que aportam ao Plano Plurianual a dimensão de um projeto de desenvolvimento estadual voltado para a obtenção de resultados concretos, medidos pelos seus efeitos na sociedade.

Os Programas e as ações constantes do PPA 2012-2015 vão deixar claro para o cidadão do Pará quais os problemas que o governo está combatendo qual a prioridade que está sendo atribuída, e quanto será gasto para isso. A estrutura do PPA, organizada por Programas, permite maior transparência na distribuição dos recursos, o que torna o Plano um instrumento de controle mais eficiente. Na medida em que os Programas especificam as metas e os recursos destinados a cada Região de Integração do Estado do Pará, oferecem parâmetros para mensurar resultados da ação governamental.

Os eixos norteadores da concepção dos Programas e das ações do PPA foram as Diretrizes e Objetivos de Governo, a programação de ação concebida por Poder constituído, além das ações constantes da Agenda Mínima no caso do Poder Executivo.

Na formulação do PPA 2012-2015 os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual construíam dois tipos de Programas: (i) Programa de Manutenção da Gestão, (ii) Programa Finalístico, definidos a seguir:

- **Programa de Manutenção da Gestão** – engloba ações de natureza tipicamente administrativas, as quais, embora contribuam para a consecução dos objetivos dos Programas Finalísticos, não têm, ainda, suas despesas passíveis de apropriação.
- **Programa Finalístico** – inclui ações que resultam em bens ou serviços ofertados à sociedade.

Desse modo, foram elaborados 80 (oitenta) Programas, distribuídos da seguinte forma:

Quadro 1 – Demonstrativo do Número de Programas do PPA 2012-2015

Descriminação	Total de Programas
Poder Judiciário Finalístico	07
Poder Legislativo Finalístico	06
Poder Executivo Finalístico	63
Áreas	
Proteção e Desenvolvimento Social	15
Promoção Social	07
Defesa Social e Segurança Pública	08
Desenvolvimento Econômico e Incentivo à Produção	07
Infraestrutura e Logística para o Desenvolvimento Sustentável	15
Gestão	11
Ministério Público Finalístico	01
Órgãos Constitucionais Independentes Finalístico	01
Defensoria Pública Finalístico	01
Manutenção da Gestão (Todos os Poderes)	01
Total	80

Ressalte-se que, neste PPA, constam ações que não se enquadram em nenhum Programa. É o caso das ações relativas à Dívida Pública que engloba as despesas assumidas pelo ente público decorrente de operações de crédito (interna e externa), ou por meio de refinanciamento de dívidas de curto e longo prazo. Essas apresentam dessa forma para atender dispositivo constitucional.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PLANO PLURIANUAL

O controle das ações de governo pela sociedade é a forma mais efetiva de impulsionar a mudança que necessita o Pará. A importância da participação social nas decisões e atividades desenvolvidas pelo governo se constitui em relevante instrumento de interação, o que possibilita o aperfeiçoamento das políticas públicas e contribui para a prática da responsabilidade compartilhada.

Em face disto, tornou-se condição prioritária e um dos objetivos da participação social na construção do PPA o debate com a sociedade paraense sobre as prioridades e a consistência estratégica dos investimentos e a seletividade das ações a serem implementadas no período 2012-2015. Para tanto, foi garantido pelo Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEPOF), a participação e a interação da sociedade na formulação do PPA 2012-2015, da seguinte forma: